

Ciro se decepçiona com acordo da dívida

Governador diz que rolagem é um prêmio a estados caloteiros

FORTALEZA — Quem conhece o entusiasmo e a impetuosidade do governador do Ceará, **Ciro Gomes**, 33 anos, jamais o imaginaria tão acabrunhado como nos últimos dois dias. “Isso é uma bagunça”, diz, sem medir as palavras. “Dá vontade de jogar o boné e ir embora.”

Ciro está irritado com o veto do presidente **Fernando Collor** ao artigo da lei de rolagem da dívida dos estados que daria compensação aos que estão com suas contas em dia — Ceará, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

O presidente justificou o veto alegando que o Tesouro Nacional não teria como financiar, além da fatia dos maus pagadores, esse pedaço do bolo da dívida. A proposta original do governo até previa tratamento diferenciado para os bons pagadores, mas o Congresso rejeitou outras compensações para o Tesouro, como a redução temporária do Fundo de Participação dos Municípios.

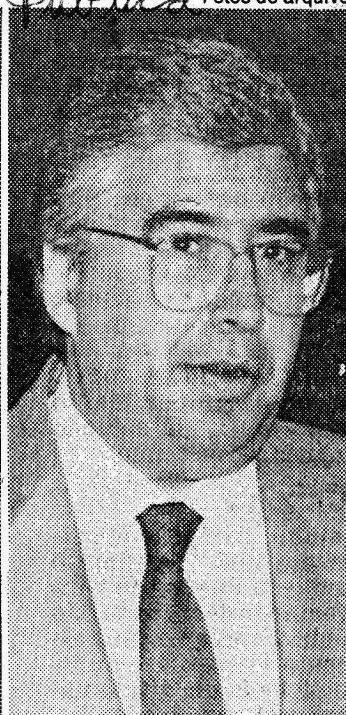
O que mais irritou o governador do Ceará foi que o veto reduziu a pó um acordo feito no Congresso com 13 líderes de partidos, inclusive o deputado **Ricardo Fiúza**, do Bloco Parlamentar de apoio ao governo, e com o estímulo do governador de São Paulo, **Luiz Antônio Fleury Filho**.

Quando o governo fechou, inicialmente com **Orestes Quêrcia**, o PMDB e **Fleury** a negociação da rolagem da dívida, os bons pagadores ficaram de fora. **Fleury** telefonou para **Ciro**, interessado em contornar a situação.

Ciro disse a **Fleury** que compreendia a necessidade de se chegar a uma solução para o problema da dívida, mas que o seu partido, o PSDB, estava contra o projeto, por premiar os maus pagadores e não oferecer recompensa aos bons pagadores.

Fleury deu-lhe razão, mas lamentou que não existisse uma fórmula para atender a todos. **Ciro** respondeu que haveria, sim, essa fórmula, e poderia apresentá-la. Combinaram, então, que o secretário de Planejamento de **Ciro** a redigiria. **Fleury** pediu que **Ciro** a mandasse por fax tanto para ele, em São Paulo, como para o relator do projeto de rolagem da dívida, em Brasília. Garantiu que iria trabalhar para que fosse aprovada pelo Congresso.

O próprio **Fleury** ficou de telefonar para o relator, recomendando que entrasse em contato com **Ciro** para discutir a fórmula em favor dos bons pagadores. O relator, de fato, ligou para o governador do Ceará, que mandou a Brasília o seu secretário com o texto da emenda. Depois que remeteu cópia para **Fleury**, **Ciro** voltou a falar com o governador de São Paulo, que prometeu patrocinar a emenda.



Ciro negociou emenda com Kleinubing e Fleury, mas Collor não aceitou

Nesse meio tempo, ligou para **Ciro** o governador de Santa Catarina, **Vilson Kleinubing**, furioso por estar de fora da rolagem da dívida. **Ciro** contou-lhe da proposta e do empenho de **Fleury** e **Kleinubing** comentou: “Ótimo, isso me ajuda”. O governador do Ceará tentou achar o do Paraná, **Roberto Requião**, que estava no interior. **Requião** depois ligou de volta e não achou **Ciro**.

A articulação foi fechada com o apoio dos 13 líderes de partidos no Congresso. Após a aprovação, **Fleury** telefonou de novo para **Ciro**. Queria cumprimentá-lo pela vitória, que agora desmorona com o veto do presidente **Collor**.

Ciro considera isso um desestímulo. Desde a metade do governo **Tasso Jereissati** (1987-1991), o Ceará vem pagando as contas em dia, “ou seja, contribui para o superávit do setor público”, como destaca o governador. Pagou em dezembro, por exemplo, Cr\$ 6 bilhões, o que corresponde a 11% da receita corrente.

“São só dívidas do Tesouro. Por austeridade, o Ceará não só não emite títulos como está resgatando antes do vencimento os que emitiu no passado. Além de termos deixado de ganhar pelo que podíamos ter emitido, ainda perdemos esses títulos resgatados, que chegam a Cr\$ 16 bilhões. A rolagem deles abrange também as companhias de eletricidade e de saneamento. São 56 companhias de energia. Quando assumi, apenas três pagavam em dia a energia fornecida pelas distribuidoras do governo federal. A do Ceará era uma delas. São Paulo, por exemplo, pagou energia apenas até o governo **Montoro**.

De **Quêrcia** para cá não pagou nada. Nós pagamos de besta que somos. Quem não pagou vai ter tudo composto e rolado”, reclama **Ciro**, indignado.

O artigo vetado pelo presidente não devolveria nada aos quatro estados que pagam em dia as suas contas. Apenas dava-lhes uma carência maior para a continuação dos pagamentos, na proporção do que já haviam transferido para o governo federal. Ou seja, o dinheiro da dívida permaneceria mais tempo nesses estados e todo mundo ficaria igual na largada da corrida.

O primeiro efeito da lei da rolagem é que os maus pagadores recuperaram a capacidade de endividamento. Se antes, por estarem com as contas em dia, os quatro estados poderiam obter financiamentos da Caixa Econômica Federal, por exemplo, agora eles têm concorrentes na disputa por esse dinheiro.

Resultado: **Ciro** soube ontem que o orçamento da Caixa Econômica Federal para o Ceará em 1992 foi zerado. Telefonou para o presidente da Caixa, **Álvaro Mendonça**, e confirmou a notícia. “Ele disse que é provisório, mas o fato é que está zerado. Isso eu não vou admitir. Se pagamos em dia também temos dificuldades. Houve uma queda brutal, de 30% na arrecadação do ICMS por causa da recessão, e estamos sob ameaça de uma nova seca. Se antes eu vinha dando o testemunho de que o governo federal não discriminava o Ceará, agora começo a desconfiar que existe esse processo de discriminação. Vou pedir uma audiência ao presidente”, afirmou **Ciro**.